

O TRABALHO DOCENTE ANUNCIADO NO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* ENTRE 1851 E 1890

*The teaching work advertised in newspaper "Diario de Pernambuco",
between 1851-1890*

SILVA, Adriana Maria Paulo da¹

OLIVEIRA, Ramon de²

RESUMO

Tendo por base documental os anúncios publicados por professores no jornal *Diário de Pernambuco* e os Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco, o artigo analisa, em diálogo com a bibliografia especializada e com os resultados de duas pesquisas em andamento – ambas a respeito do universo dos trabalhadores do Recife na segunda metade do século XIX –, a situação estrutural da escolarização da província e do Recife no período em questão, os variados perfis dos anunciantes encarregados do ensino das disciplinas escolarizadas e os usos por eles feitos dos anúncios, como estratégia para divulgação de seus serviços. Argumenta que a docência particular emergiu e perdurou, durante todo o século, como um tipo de serviço praticado na interseção de vários outros, principalmente daqueles que ligavam as casas à rua, o privado ao público, na fronteira entre a prestação de um tipo de serviço liberal e dos serviços domésticos. Localizando-se nessa fronteira, esteve aberto e foi atrativo a todo o tipo de pessoas – principalmente às pessoas comuns, livres e pobres – as quais utilizaram os jornais como veículo de divulgação dos seus serviços e cuja potencialidade era mantê-las a salvo das tentativas de controle dos poderes públicos.

Palavras-chave: Trabalho docente; Recife; Século XIX.

ABSTRACT

Based on documentary ads posted by teachers in the newspaper *Diário de Pernambuco* and the Reports of the Presidents of the Province of Pernambuco, the article analyzes, in dialogue with the relevant literature and the results of two ongoing research—both about the universe of workers of Recife in the second half of the nineteenth century—the structural situation of education in the province and Recife in the period in question, the varied profiles of advertisers in charge of education in schooling and the uses they made of the ads, as a strategy for dissemination their services. Argues that the particular teaching emerged and persisted throughout the century as a type of service performed at the intersection of several others, especially those connecting their homes to the street, the private to the public, on the border between the provision of a service type liberal and domestic services. Finding yourself in this border was open and was attractive to all kinds of people— mostly ordinary people, poor free—which, used newspapers as a vehicle for the dissemination of their services, whose potential was keeping them safe from attempts to control the public.

Keywords: Teaching work; Recife; Nineteenth century.

¹ Doutora em História pela UFPE e Mestre em Educação pela UFF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. E-mail: <adrianampsilva@gmail.com>.

² Doutor em Educação pela UFF. Mestre em Educação pela UFPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. E-mail: <ramono@elogica.com.br>

O TRABALHO DOCENTE ANUNCIADO NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO ENTRE 1851 E 1890³

Nas últimas três décadas, cresceu o interesse acadêmico nacional e internacional, principalmente no mundo ibérico e na Ibero-américa, a respeito do trabalho docente. Esse crescimento se relaciona com um dado de realidade bastante impressionante: apesar do vigoroso processo de especialização do conhecimento acadêmico e da produção científica ocorrida entre os séculos XIX e XXI, a docência ainda vivencia, quase sem alternativas, um imenso desprestígio social, cuja reverberação é o enfrentamento de uma das menores remunerações pagas a trabalhadores especializados no mundo do trabalho ibero-americano (ENGUIITA, 1991; NÓVOA, 1999; TUMOLO; FONTANA, 2008).

Do ponto de vista da história e sociologia das profissões, seus interesses de investigação recaem sobre os saberes, os valores, as representações e as identidades (alteridades) docentes, apontando as particularidades desse ofício e de seus profissionais na construção da sua profissionalidade – individual e coletiva –, em relação aos espaços e tempos nos quais atuam, aos agentes sociais com os quais interagem e à formação de si mesmos (ESTEVE, 1992, 2005; GIROUX, 1997; NÓVOA, 1991, 1999; VOLPATO, 2009; ZEICHNER, 1993).

Autores de diferentes áreas do conhecimento têm construído significativo consenso sobre a existência de um determinado sentimento de “mal-estar”, vivenciado pelos docentes de diferentes níveis e/ou modalidades de ensino, em todo o mundo. Esse sentimento é considerado um fenômeno contemporâneo e caracteriza-se pela vivência, com sofrimento, de emoções contraditórias acerca do sentido da docência, do seu valor e de suas finalidades. Esse sofrimento, na medida em que vulnerabiliza moral, emocional e fisicamente os docentes, causa-lhes adoecimentos diversos, os quais, em última instância, criam situações de impedimento à continuidade no ofício (ESTEVE, 1992, 2005; PEDRO; PEIXOTO, 2006).

E em uma perspectiva menos politizada e analítica e mais “curativa”, a propósito dessas situações de mal-estar físico e emocional que os docentes têm, crescentemente, se envolvido, temos visto emergir os trabalhos relacionados à ergonomia - campo de conhecimento multidisciplinar cuja preocupação parece ser potencializar a realização das atividades laborais (inclusive o trabalho docente), estudando a adequabilidade entre as tarefas exigidas aos trabalhadores, as tarefas realizadas e os meios/situações/motivações/ferramentas disponíveis para tal realização (BARROS; HECKERT; MARGOTTO, 2008).

No caso brasileiro, essas questões se somam à desimportância e à precariedade da formação específica para o recrutamento de docentes, assombrando os números referentes à quantidade de professores leigos e/ou sem formação específica para o exercício do ofício, não apenas na educação básica, mas também no ensino superior. Persiste um senso comum secular, efetivado por práticas, políticas cotidianas e dos Governos, inclusive, segundo o qual qualquer pessoa pode ensinar, bastando que saiba (ou demonstre saber) “algo ensinável” em nível apenas um “pouco maior” do que aqueles interessados em aprendê-lo. De acordo com o MEC, em 2009, 300

³ Pesquisa financiada com recursos do CNPq e FACEPE.

mil pessoas no país estavam ensinando disciplinas para as quais não obtiveram formação específica (MEC/CAPES, 2009 *apud* GATTI; BARRETO, 2009, p.69).

Do ponto de vista do acesso, ainda no caso brasileiro, a docência não abriga quase nenhuma exigência, para ingresso e permanência, quando comparada às carreiras socialmente prestigiadas e bem remuneradas. No Brasil, essa carreira atrai (nas licenciaturas diversas, por exemplo) os alunos com os piores desempenhos escolares em nível médio, oriundos dos extratos sociais mais pobres (PINTO, 2004) e, assim, com menor acesso à multiplicidade dos artefatos culturais socialmente construídos e postos em ação. Esses artefatos compõem, justamente, o conjunto dos objetos a serem ensinados cotidianamente nas escolas, *locus* de atuação da maioria destes profissionais, depois de “formados”, os quais contam com um limitado capital cultural para o enfrentamento da docência, principalmente aquela direcionada aos extratos mais baixos da população (BOURDIEU, 1998) – os quais contam, quase que exclusivamente, com a mediação da escola para terem acesso aos saberes acadêmicos historicamente construídos.

Dentre os fatores explicativos das razões do desprestígio social da docência encontram-se as análises a respeito dos processos (e causas) da feminização do magistério nos níveis iniciais de escolarização e argumentos segundo os quais, nestes níveis, há uma presença muito significativa de docentes não brancos e menos escolarizados – dado instituidor de mais um fator de desprestígio ao trabalho docente (ENGUITA, 1991; GATTI; BARRETO, 2009; ROSEMBERG, 2001; ROSEMBERG; AMADO, 1992; YANNOULAS, 1992). Somam-se a estes, as análises sobre as dificuldades técnicas e pedagógicas impostas aos docentes pela popularização das tecnologias da informação e comunicação (CASTELLS, 2000), as quais tendem também a expor publicamente o seu descompasso (pessoal e formativo) com relação às demandas do tempo presente e às exigências de seus alunos atuais, constituindo-se em mais um fator de desprestígio desse tipo de trabalho. E tanto para o caso da docência pública, quanto da privada, vários autores têm denunciado a proximidade entre a persistente desvalorização socioprofissional do magistério e o processo de inchamento dos equipamentos de escolarização, dentro dos quais a ampliação das vagas em todos os níveis não é acompanhada pela ampliação dos quadros de docentes efetivos, por melhorias formacionais, infraestruturais e salariais (GATTI; BARRETO, 2009).

Por fim, temos visto na cena acadêmica trabalhos interessados em discutir e combater, por meio da análise das estratégias do Capital, o processo de precarização do trabalho docente, ou seja, as críticas (sobretudo sindicais) constantes e crescentes sobre as inadequadas condições de formação, remuneração e trabalho dos professores brasileiros, principalmente no âmbito da reorganização do capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, 2004; PASCHOALINO, s/d; SAMPAIO; MARIN, 2004).

Conforme a breve panorâmica sobre a bibliografia recente a respeito do trabalho docente, este continua se constituindo muito heterogeneamente, apesar das inúmeras e seculares tentativas governamentais e institucionais de homogeneizá-lo. Muitos aspectos da história do trabalho docente ainda são desconhecidos e se colocam como um desafio aos pesquisadores atuais, impressionados, como nós, com a permanência histórica dos vários modelos de conduta, de condições

de trabalho, de bases remuneratórias, de condições de trabalho e de formação docente ainda vigorantes no país.

O dado da realidade que nos impulsiona ao estudo sistemático do passado é a constatação de que, apesar do vigoroso processo de especialização das áreas de conhecimento acadêmico e da produção científica ocorrido nos séculos XIX e XX, ainda convivemos, sem muitas alternativas, com a existência de professores leigos e/ou sem formação específica para o exercício do ofício (no Brasil e em outros países), e não apenas na educação básica, mas também no ensino superior. Há algo (ou um conjunto de “algos”) nesse tipo de trabalho e nas práticas dos seus trabalhadores que, secularmente, resistem ao avanço da profissionalidade em todas as atividades laborais no mundo contemporâneo.

Neste artigo,⁴ nos propomos a analisar as práticas de exercício do trabalho docente, no universo particular da cidade do Recife, capital da província de Pernambuco, e as ações implementadas pelos vários sujeitos das ações educativas em face dos quais os docentes foram se constituindo enquanto grupo profissional.

Esse esforço talvez nos possibilite, em um futuro próximo, ousar uma explicação a respeito desta permanência histórica e suas potenciais implicações para o relativo desprestígio social da docência em geral e da docência contemporânea na educação básica, em particular.

Utilizamos como fontes anúncios de oferta de emprego e de pessoas que se ofereciam para a atividade de docência, publicados no *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1850 e 1889. O material analisado está disponível no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História do Departamento de História da UFPE (LAPEH/CFCH/UFPE), bem como na Fundação Joaquim Nabuco - Recife (FUNDAJ).

Também foram utilizados como principais fontes os Relatórios dos Presidentes de Província (RPP), disponibilizados no *site* da Universidade de Chicago. Através dessa documentação foi possível identificar, nos discursos dos Presidentes da Província, a preocupação/atenção em relação à instrução pública, o que se liga diretamente ao estudo do trabalho docente.

O RECIFE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Especificamente na segunda metade do século XIX, Recife passava por grandes melhoramentos urbanos, como a construção de estradas de ferro, a colocação de lâmpioes a gás nas principais ruas, melhoramentos na rede de esgoto, obras de construção de pontes, etc. Diversificava suas atividades comerciais abrigando fábricas de pequeno porte voltadas para o mercado interno e regional e pequeno comércio em geral.

O Recife recebia nesse período um grande número de imigrantes do sertão, expulsos

⁴ Parte das reflexões foi discutida em alguns eventos. Cf.: SILVA, Adriana Maria Paulo da. Práticas docentes em Recife e Olinda, 1851-1890. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, VITÓRIA. Vitória: SBHE- UFES, 2011. p.1-11. _____. O uso historiográfico dos anúncios de docentes no jornal *Diário de Pernambuco*, Recife, século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2012, Lisboa. **Livro de Atas**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p.7009-7017.

pelas secas periódicas que assolavam o sertão e interferiam na oferta de gêneros de primeira necessidade, como farinha de mandioca, feijão e toucinho, o que influía no aumento dos preços (EISENBERG, 1977; MATTOSO, 1978). Recebia ainda imigrantes vindos de outras praças e de outros países, principalmente de Portugal.

De acordo com as informações contidas no Relatório do Presidente da Província, Victor de Oliveira, datado de 9 de março de 1852, é possível perceber que nos anos iniciais da década de 1850 praticamente era inexistente a atividade fabril e ainda estava por consolidar-se a diversificação da atividade comercial, inclusive pela pequena produção de produtos manufaturados na própria província.

Para Perucci (1978 *apud* BERNARDES, 1996), predominava nesse período a atividade econômica de produção de derivados de cana, que contava para sua concretização, no ano de 1854, com cerca de 532 engenhos. No entanto, vinte anos mais tarde, havia pelo menos 14 fábricas a mais. É tão verdade que o processo de industrialização só veio a se estabelecer no final do século XIX que, de acordo com o próprio Gadiel Perruci, ao final do século, o estado de Pernambuco já apresentava 113 empresas industriais instaladas.

No aspecto referente à educação, observa-se que, em meados do século XIX, a cidade contava com apenas 25 aulas públicas: 13 de primeiras letras para meninos; 6 de mesmo nível para meninas e 3 pós-primeiras letras exclusivamente para meninos, dentre estas o Liceu, o qual foi transformado em Ginásio Pernambucano em fins da década de 50 do século XIX (SILVA, 2007).

Em 1872, de acordo com o resultado censitário apresentado pelo Presidente da Província, Recife possuía uma população de 118.478 pessoas, dos quais 15.280 eram escravos. Dessa população, 55.406 sabiam ler e 63.072 eram analfabetos.

No período correspondente à segunda metade do XIX, era comum o reclamo da falta de recursos para um maior investimento na instrução pública na Província de Pernambuco. Em muitos dos relatórios dos Presidentes da Província, destacava-se que nem existiam escolas em número suficiente para atender à população, nem se pagava aos professores o salário condizente com o seu trabalho.

O Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública do ano 1857 destacava o fato de que a província de Pernambuco, embora fosse reconhecidamente uma província de prestígio e tivesse uma população superior a muitas outras províncias brasileiras, apresentava um quantitativo de escolas muito pequeno, sendo superado naquele momento pelas províncias de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e São Pedro do Rio Grande do Sul. No entanto, São Paulo e São Pedro tinham uma população muito inferior à de Pernambuco, o que deixava evidenciado o quanto o dispêndio da Província com a instrução pública primária era bastante limitado.

Números relativos à população em idade para ir à escola e o real atendimento demonstram o quanto, na província de Pernambuco, a instrução pública primária era negligenciada. Vejamos os números apresentados pelo próprio Diretor Geral da Instrução Pública, em 1861, Joaquim Pires Machado Portella.

Sem repetir os cálculos que em outros relatórios tenho apresentado comparativos do numero de cadeiras em relação á população quer de outras províncias do Império, quer de países estrangeiros, basta dizer que segundo o arrolamento enviado pelas autoridades policiais do 1.º e 2.º distrito da Victoria, existem 1742 meninos com a idade legal para a frequência das escolas primárias; entretanto que havendo somente uma aula publica que foi frequentada por 107 alunos, ficaram 1635 sem aprender, salvo alguns que tenham estado em escolas particulares, do que não tenho noticia oficial.

Recorrendo mesmo á uma freguesia em que haja duas escolas, como a de Ipojuca, vemos que segundo o arrolamento, existindo nos 10 e 2º distritos, 1254 meninos, e tendo sido ambas as escolas frequentadas por 154 alunos, 54 a da povoação de Ipojuca, e 95 da do Ó, ficaram 1100 meninos sem aprender, exceto igualmente, alguns que estudassem particularmente, como é provável, mas de que não tenho conhecimento oficial (RELATÓRIO, Anexo A1-3, 1861).⁵

Em 1864, o Presidente da Província, Domingos de Souza Leão, em tom um tanto suplicante, solicitou à assembleia provincial que fossem destinados mais recursos para a instrução pública, pois se tornava cada vez mais evidente o quanto era pequeno o montante que a província direcionava para a instrução primária. Para reforçar esses dados, ele destacou que a população da província já era de quase um milhão de pessoas e contava com apenas 106 escolas, o que implicava a existência de uma escola para cada 9.500 pessoas.

Aprofundando seu argumento, destacava que províncias com menor população e com menores recursos tinham uma relação escola/população maior que a província pernambucana. Citou, como exemplos, a província do Ceará, que tinha 103 escolas, mas população muito menor, e a da Parahyba, que, embora tivesse a metade do número de escolas que a província de Pernambuco, tinha uma população correspondente a 1/5 da população pernambucana (RELATÓRIO, 1864).⁶

Ao chegar o ano de 1875, a realidade não parecia ter modificado bastante, pois, embora se destacasse que Pernambuco tinha a quarta maior quantidade de escolas, perdendo apenas para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, esta não detinha o mesmo posicionamento no referente ao gasto com a educação. Relata-se que a província investia 1/5 da arrecadação na instrução pública, gasto em número relativo menor que do que Minas Gerais e Goiás, os quais aplicavam 1/3, e menos também que Ceará, Espírito Santo e Santa Catharina, os quais investiam cerca de ¼ de sua arrecadação (RELATÓRIO, 1875).⁷

Os dados apresentados na TABELA 1, a seguir, nos ajudam a melhor visualizar que a situação da província pernambucana, comparando com as demais províncias, não era uma das piores. Embora seja possível perceber, a despeito das diferenças de investimento e do quantitativo de escolas, a existência de um percentual altíssimo de analfabetos.

⁵ Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u635/000079.html>>. Acesso em set.2011.

⁶ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u638/>>. Acesso em set.2011.

⁷ Relatório do Presidente da Província de Pernambuco. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/690/>>. Acesso em set.2011.

TABELA 1
Dados relativos à população e ao seu grau de instrução (1872)

PROVÍNCIA	POPULAÇÃO	ANALFABETOS (%)
Alagoas	348.009	87,96%
Amazonas	57.520	86,76%
Bahia	1.379.616	81,94%
Ceará	721.686	88,97%
Distrito Federal	274.972	63,82%
Espírito Santo	82.137	88,15%
Goiás	160.395	85,87%
Maranhão	359.040	80,88%
Mato Grosso	60.417	81,92%
Minas Gerais	2.049.735	88,60%
Pará	275.237	78,02%
Paraíba	376.226	89,03%
Paraná	126.722	74,89%
Pernambuco	841.539	82,47%
Piauí	202.222	86,26%
Rio de Janeiro	782.724	85,35%
Rio Grande do Norte	233.979	82,98%
Rio Grande do Sul	434.813	78,06%
Santa Catarina	159.802	86,25%
São Paulo	837.354	83,14%
Sergipe	176.243	83,47%

Fonte: IBGE, 2006. Tabela elaborada pelos autores a partir de informações retiradas da obra *Estatísticas do Século XX*.

OS DOCENTES OFERECENDO SEU TRABALHO ENTRE 1851 E 1890

A docência, quando ainda não havia se constituído socialmente como uma atividade laboral (preferencialmente) praticada por indivíduos escolar e socialmente preparados para exercê-la, por meio de técnicas e saberes específicos e em locais específicos, foi “praticada” por uma infinidade de tipos sociais, portadores de vários saberes, em vários locais e por variadas motivações.

Conceituamos como “trabalho docente”, as ações de ensino das disciplinas escolarizadas e de práticas artísticas e/ou laborais, publicamente praticadas por indivíduos de ambos os sexos, socialmente reconhecidos e nomeados como professores, em troca de recebimento de valores materiais – dinheiro, bens ou condições de existência

(“casa, comida e roupa lavada”). O foco da pesquisa, neste momento, incide sobre as práticas dos docentes atuantes no ensino das disciplinas escolarizadas.

Conforme a bibliografia clássica, o trabalho docente na América Portuguesa e Império do Brasil e no mundo Ibérico, a semelhança dos ofícios artesanais, era mais uma questão de prática. O processo de profissionalização do trabalho docente na modernidade equivaleu à sua crescente “funcionarização”, ou seja, à transformação dos professores em funcionários do Estado, tendo em vista a execução de projetos formativos consoantes às determinações governamentais (NÓVOA 1991, 2000).

Nossa pesquisa tem apontado, dentre outras questões, para as práticas docentes desenvolvidas por professores que não estavam a caminho de sua funcionarização ou rumo a um processo de profissionalização, conforme nos ensina a bibliografia clássica. Intencionamos apresentar as potencialidades do uso historiográfico dos anúncios de professores e discutir alguns achados da pesquisa, dando destaque às maneiras pelas quais alguns daqueles trabalhadores e trabalhadoras anunciaram seus serviços na imprensa local.

Os anúncios dos professores são fontes singulares para a investigação das suas práticas de trabalho (tenham eles rumado ou não para a profissionalização) em razão de derivarem das intenções de registro dos próprios, pessoalmente. Diferentemente das bases documentais governamentais (as mais abundantes para o estudo da história da docência na província), no caso dos anúncios, sua elaboração e veiculação contava, no mínimo, com o aval positivo dos próprios anunciantes. Por seu intermédio eles apresentavam o seu “possível” e/ou o seu “melhor”.

Os anúncios de trabalhadores em geral podem ser divididos entre anúncios de procura de serviços e anúncios de oferta de serviços. Daremos ênfase, aos anúncios nos quais os(as) professores(as) ofertavam seus serviços para o ensino das disciplinas escolarizadas e das línguas estrangeiras. Houve pessoas, principalmente mulheres, que recorreram aos anúncios para ofertarem o ensino de tarefas, à época, consideradas femininas, como fazer flores, bordados, pintura e outros. Entretanto, para este momento, não os incluímos nesta amostra, tendo em vista estarmos interessados nos(as) trabalhadores(as) dedicados(as) ao ensino das disciplinas escolarizadas os(as) quais, ocasionalmente, também ensinavam, concomitantemente, outros objetos, como música e artes. No caso das professoras de primeiras letras, todas, além do ler, escrever e contar, ensinavam também o “coser” e o “bordar”, além dos princípios da doutrina cristã, conforme prescreveram as legislações provinciais de todo o período abordado.

Do ponto de vista metodológico, procedemos fazendo a transcrição simples, direta e completa dos anúncios (ARÓSTEGUI, 2006) publicados às terças-feiras e evitamos contar os anúncios repetidamente publicados. No caso do *Diário de Pernambuco*, durante todo o período pesquisado, os anúncios foram usados, majoritariamente, como instrumentos para oferta de serviços domésticos (de todo o tipo e qualidade), de empregados para o comércio (principalmente caixeiros) e de professores(as), nesta ordem. Dessa maneira, para o caso dos docentes que declararam seus nomes ou que declararam os endereços nos quais atuaram, evitamos contabilizá-los mais de uma vez. Do universo dos anúncios dos trabalhadores em geral que ofertaram os seus serviços, pesquisados ao longo dos últimos

anos (OLIVEIRA; SILVA, 2007; SILVA, 2010, 2011) na base de dados do *Diário de Pernambuco*, reunimos uma amostra de 6.262 anúncios de trabalhadores, dentre os quais os docentes compuseram um total de 495 anunciantes que ensinaram as disciplinas escolarizadas, ao longo de 23 diferentes anos, entre 1851 e 1890.

Os anúncios dos jornais são especialmente interessantes para o estudo da historicidade das inúmeras “situações” de escolarização vivenciadas no Império do Brasil, anteriormente à hegemonização do formato “escola” como o espaço/tempo da educação formal.

Do ponto de vista da história social da docência e da história social do trabalho, os anúncios são fontes preciosas para mapearmos aspectos que, a respeito da província de Pernambuco, eram acessíveis apenas para o caso da trajetória pessoal e profissional de alguns professores públicos: como tempo de exercício do magistério, local de atuação, objetos de ensino, valores recebidos e outros. Permitem também a construção de comparações das especificidades dos anúncios dos docentes, tanto entre si, quanto com relação aos outros tipos de trabalhadores anunciantes.

Trataremos de analisar os diferentes tipos de docentes encontrados nos anúncios, bem como os usos que estes fizeram dos anúncios, para além de propagandearmos os seus serviços, ressaltando a utilização deste tipo de registro para a ampliação dos nossos conhecimentos a respeito das histórias das docências (sempre no plural), no Império do Brasil.

OS DOCENTES “PÚBLICOS”

Na redação dos anúncios de oferta de serviços, excetuando-se os mais simplórios – com um texto padrão de, no máximo, duas linhas (os mais baratos de todos)–, os docentes escolhiam o que seria necessário divulgar a respeito de si mesmos e apareceram anunciando seus serviços e/ou ações em diferentes situações. Apareceram como docentes públicos, funcionarizados, portadores(as) de função/cargo público, remunerados(as) pelos cofres provinciais, exercendo a docência em locais publicamente conhecidos (geralmente numa parte de suas residências), nomeados por aulas e/ou escolas públicas. Ou então como docentes públicos das instituições públicas de ensino que funcionaram na província durante o período em questão, como Liceu/Ginásio Provincial, Colégios dos Órfãos e Órfãs, Escola Normal, Colégio das Artes de Olinda, dentre outras.

Esses docentes apareceram nos anúncios do *Diário de Pernambuco* em três situações distintas. Ora apareceram divulgando suas aulas públicas (início de regência, calendários, horários, alunos aprovados nos exames de proficiência da província, etc.), ora apareceram como “avalistas” das aulas particulares de outros professores (que não eram professores públicos) e, por fim, apareceram oferecendo os seus serviços também como professores particulares (SILVA, 2007). Essa última situação, ao longo do século, foi ficando mais comum para os docentes públicos de ambos os sexos, aposentados em todos os níveis da escolarização (que usavam valorizada credencial de “professor público jubilado” em anúncios de aulas ou escolas particulares) e para os docentes das disciplinas

escolarizadas (línguas estrangeiras, latim, gramática, geometria, etc.) atuantes nas instituições públicas de ensino na província, como no exemplo a seguir, no qual a grafia, neste e nos demais, está atualizada:

Curso de álgebra e geometria.

Antonio Egidio da Silva, professor de matemática no Ginásio provincial, pretende abrir particularmente, em novembro vindouro, um curso de álgebra para as pessoas que pretendem os lugares vagos de praticantes e escriturários da alfândega, e tesouraria da fazenda, e outro de geometria para os exames em março na Faculdade de Direito. A matrícula acha-se aberta desde já na casa de sua residência, na rua Direita n. 74, e o exercício principiará no dia 4, se houver número suficiente de alunos (LAPEH /UFPE – Microfilme rolo n.226-301. *Diário de Pernambuco*, p.5, 28 out. 1862).

No período de 1851 a 1890, com exceção de exemplos como esse, os anúncios se tornaram, dentre a docência, majoritariamente um espaço utilizado por docentes particulares, principalmente por donos de estabelecimentos de ensino. Isso ocorreu em função de vários fatores, dentre eles do crescente controle funcional e da regulamentação legal da docência pública por parte do Estado. Esse controle e essa regulamentação incidiram mais fortemente sobre os professores públicos atuantes no nível das primeiras letras, os quais foram crescentemente diminuindo sua presença na seção de anúncios, tanto como anunciantes, quanto como “avalistas”. Tais docentes, tendo em vista os rigores da seleção impostos pelos concursos públicos, uma vez aprovados, obtinham imediatamente a chancela oficial para lecionar e o reconhecimento social da sua competência e autoridade. Em geral, os professores públicos foram referências locais e tenderam a adequar-se às exigências governamentais, que foram modulando o magistério público ao longo do século XIX.

Nas outras bases documentais pesquisadas, como os registros governamentais correntes das conhecidas séries Instrução Pública e Câmaras Municipais (existentes em várias províncias), emergem os embates que mais caracterizaram os docentes públicos, comparando-os aos particulares: o fato de eles participarem ativamente da vida política das localidades e o fato de eles patrimonializarem suas funções (FAORO, 1995), fazendo o que queriam fazer (de acordo com seus interesses particulares) e não o que deviam fazer, de acordo com as exigências legais em vigor e com as expectativas das famílias.

Para os governos locais, ao longo de todo o século XIX, dentre os problemas mais comumente causados pelos professores públicos estiveram suas faltas, a pouca quantidade de alunos que eles apresentavam para serem avaliados nas provas públicas, e a recusa deles em produzir os registros documentais a respeito do funcionamento das suas aulas públicas (seus diários) e a respeito do “rendimento” dos alunos. Mas, como afirmamos, docentes públicos apareceram vez por outra nos anúncios. Os outros docentes, os que não eram funcionários do Estado, foram os que mais utilizaram a estratégia de propagandear e oferecer seus serviços pelo Jornal.

OS OUTROS DOCENTES

No Império do Brasil, a docência foi uma importante via de ascensão social (e de obtenção de proteção e ingresso em redes de clientela) e de mobilidade espacial para camadas urbanas livres e pobres: pobres de nascença ou pessoas empobrecidas por conjunturas diversas. Foi importante também como primeira experiência de trabalho para jovens e como experiência de trabalho derradeira para pessoas idosas. Foi um tipo de trabalho exercido por homens e mulheres, solteiros(as) e casados(as), individualmente ou em casais, em todo o tipo de espaços, em troca de remunerações muito variadas ou em troca de abrigo e alimentação.

O trabalho docente exercido “fora” do controle estatal direto, na experiência histórica da província e, mesmo, do Império do Brasil, pode mesmo ser considerado, em alguns casos, uma situação limite (com um limite bem tênue) entre a prestação de um tipo de serviço liberal e um serviço doméstico, dentro dos moldes de uma sociedade escravista, mesmo antes do já conhecido processo de feminização do magistério, ocorrido nas duas últimas décadas do século XIX.

O exercício da docência na província, desde 1837 (SILVA, 2010), dependia da autorização do Estado, o qual se encarregou de elaborar diferentes sistemáticas para o controle do trabalho docente autônomo, realizado por professores particulares. Uma dessas sistemáticas foi a emissão das licenças para ensinar, as quais foram obtidas em geral, ao longo do século, por meio de um exame que os pretendentes realizavam diante de pessoas nomeadas pelos poderes públicos para avaliar sua capacidade profissional. Uma vez tendo sido aprovados nos exames, as pessoas encontravam-se “habilitadas” para exercer o magistério.

Nesse sentido, em boa quantidade dos anúncios, registra-se a informação de que a pessoa estava habilitada para o exercício de professor. Acreditamos que tal informação, além de tornar incontestável sua capacidade para exercer a atividade de ensino, procura diferenciá-la daquelas que se propunham a ensinar (aulas particulares), mas que, de fato, não possuíam as habilitações legais necessárias, embora pudessem ter uma vida profissional ligada à docência. “Ensino: Oferece-se para ensinar em algum engenho, uma pessoa suficientemente habilitada, que tem regido o magistério primário em três lugares diferentes, se presta a ensinar, Rua do Amparo nº16” (LAPEH - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.2, 3 maio 1880).

Embora ainda não tenhamos quantificado esse item (um dos itens em destaque na sistematização dos anúncios), podemos afirmar que mais da metade dos anúncios foram publicados por pessoas que não declaravam ser habilitadas para o exercício da docência.

A docência foi exercida, ao longo de todo o século, por casais que se ofereciam às boas casas conjuntamente, tal qual domésticos, em troca, quem sabe, de uma situação para viver:

Propõe um homem casado a ensinar fora desta praça primeira letras, gramática nacional e aritmética; a [sua] senhora ensina as mesmas matérias e todas as qualidades de costuras, quem precisar dirija-se à Rua de São Gonçalo, nº 12 (LAPEH - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.2, 14 dez. 1852).

Alternativa de trabalho individual ou familiar, os(as) professores(as) anunciantes demonstravam ser bastante versáteis na combinação das várias atividades senhorialmente valorizadas, conforme demonstra o anúncio publicado pela senhora, a seguir:

Oferece-se uma senhora de bons costumes para ensinar meninas a ler, escrever, contar, bordar, fazer labirintos, marcar e todas as qualidades de costuras; [...] assim como também ensina escravos e faz almoços e jantares: as pessoas que se quiserem utilizar de seu préstimo dirijam-se ao Pátio do Terço, casa nova, ainda sem número, aí acharão com quem tratar (LAPEH - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 20 jul. 1852).

Lendo esse anúncio, percebemos, claramente, que a docência era apenas uma das atividades dessa senhora. Esta, além de hábil costureira, bordadeira e cozinheira, era professora particular de livres e de escravos.

Os docentes não funcionarizados, ao longo de todo o século, apareceram na base documental pesquisada, em várias situações distintas. Houve anunciantes que foram docentes particulares, autônomos(as), donos(as) de espaços próprios – no sentido de não dependerem do uso das casas dos(as) estudantes – para o exercício da docência das primeiras letras (ler, escrever, contar, doutrina cristã, cozer e bordar), das disciplinas escolarizadas e línguas estrangeiras e/ou dos saberes artísticos/laborais (artes, dança, música, partidas dobradas, flores, desenho, etc.), conforme o anúncio a seguir:

A abaixo-assinada, achando-se habilitada pela Diretoria de Instrução Pública para lecionar primeiras letras, tem de abrir uma aula particular no dia 13 de fevereiro, na Rua do Imperador nº 52, 2º andar. Ensinará também a fazer labirinto, crochê e bordado a branco, ouro e prata, com toda a perfeição de suas filhas, todo desvelo e perseverança no magistério. Waldetrudes Primitiva da Fonseca Telles (FUNDAJ - Microfilme rolo n.111. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.5, 25 jan. 1876).

Dentre aqueles(as), muitos(as) trabalharam individualmente, ensinando diferentes disciplinas, saberes ou níveis e recebendo estudantes com diferentes regimes de permanência em seus estabelecimentos (“externos”, “meio-pensionistas” ou “semi-internos”, e “pensionistas” ou “internos”), que podiam ser espaços específicos para este fim ou podia ser nas suas próprias casas. Mas outros estiveram à frente de “escolas”, “colégios” ou “casas de educação”, nas quais, além dos itens acima, empregaram outros(as) docentes e diversificaram bastante os objetos de ensino, conforme o exemplo a seguir:

Colégio Duas Irmãs

Acha-se aberto à rua de Marcilio Dias, antiga Direita, nº 8, 2º andar, um colégio para instrução primária, compreendendo as línguas nacional, francesa, e inglesa, sendo estas últimas falar, ler e escrever corretamente. Essas disciplinas estão confiadas a hábeis professores, encarregando-se a diretora e sua irmã do ensino de primeiras letras, aritmética, sistemas métrico, caligrafia, história sagrada, doutrina cristã e geografia, tem como trabalho de agulha em todos os gêneros, como bordados a ouro e prata, matiz, froco, cabelo, miçanga, alto-relevo, flores, música, piano e dança.

A modificação em preços e, sobretudo, dedicação e zelo que se compromete a ter para

com as suas colegiais, será um garantia para merecerem bom acolhimento dos pais de família, que lhes confiarem suas filhas e filhos menores.

Recebe pensionistas, meio-pensionistas e externas (FUNDAJ – Microfilme rolo n.138. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.4, 18 abr. 1882).

Dentre os docentes empregados em estabelecimentos de ensino, principalmente aqueles encarregados de disciplinas específicas, houve aqueles que, à semelhança de hoje, puderam exercer a docência em suas residências ou em escolas, como fazia o padre Felix:

O padre Felix Barreto de Vasconcellos extinguiu a aula particular de latim que tinha em sua casa e, d'ora em diante, ensinará somente no colégio do Sr. professor Jeronymo Villar, na rua larga do Rosário, e no Bom-Conselho, na rua da Aurora. Os alunos que quiserem aprender com o anunciante entendam-se com o diretor de qualquer um dos referidos colégios (FUNDAJ - Microfilme rolo n.1-74. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 13 mar.1866).

Além destes, houve docentes que trabalhavam unicamente de casa em casa, mantendo sua moradia autônoma e evitando divulgar seus endereços, tal qual o professor abaixo.

Oferece-se ao respeitável público uma pessoa habilitada para o ensino mútuo particularmente nas casas, quem do seu préstimo se quiser utilizar dirija-se ao passeio Público, na loja do Sr. Firmino José Rodrigues Ferreira que este informará (LAPEH/UFPE - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 29 ago. 1854).

Do anúncio citado salta a inusitada utilização do método mútuo – o qual, em tese, exigia a utilização de vários apetrechos e devia contar com, no mínimo, alguns alunos para ensinarem-se entre si – pelas casas. Tivemos a oportunidade de chamar a atenção para a heterodoxia metodológica dos professores da Corte num período próximo a este, em outro momento (SILVA, 2000). E, mais recentemente, uma pesquisa a respeito das culturas escolares no Recife, nos últimos anos da escravidão, cujas fontes principais foram, justamente, os anúncios das escolas particulares, discutiu práticas semelhantes ocorridas no Recife (CLEMENTE, 2013).

POR ACASO, DOCENTES...

Os registros obtidos nos anúncios do *Diário de Pernambuco*, para o caso do ensino das primeiras letras, confirmam algo que já sabíamos: qualquer pessoa que soubesse ler, escrever e contar era um(a) professor(a) em potencial. Pessoas, individualmente, com diversos perfis ofereceram seus serviços como professores(as), mas em situações bastante distanciadas de uma possível profissionalização.

No caso dos sacerdotes, tanto aqueles com ou sem igrejas ou capelas, isso era comum e a bibliografia clássica já há muito sublinha este fato afirmando que desde antes do século XVII, na Europa, a chamada “gênese da profissão de professor”, ocorreu em algumas congregações religiosas transformadas em “congregações

docentes”, conforme a historicidade de jesuítas e oratorianos, por exemplo (NÓVOA, 1999, p.15). São inúmeros, ao longo de todo o século XIX, os exemplos de sacerdotes que se ofereciam para, dentre outras coisas, ensinar a meninos:

Um sacerdote que tem prática do ensino de primeiras letras, gramática latina e francesa, geometria, música vocal e de alguns instrumentos, inclusivamente piano, aceita a capelania de algum engenho próximo a esta praça sujeitando-se a fazer sua residência onde exercer o ensino das referidas matérias: a pessoa que com o mesmo quiser contratar dirija-se à Rua Nova, nº 8, onde será informado (LAPEH – *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 14 out. 1851).

Além deles, trabalhadores(as) em geral, à procura de oportunidades de trabalho, caso soubessem alguma coisa relativa ao ler e ao escrever também ofereciam esse tipo de serviço numa espécie de “combo”, conforme o anúncio a seguir:

Atenção,

Um homem sem família, de 40 anos de idade, se oferece para administrar qualquer engenho, do que tem muita prática e de todas as plantações, sejam quais forem; e o mesmo se obrigará a ensinar aos filhos do mesmo senhor de engenho as primeiras letras, gramática portuguesa, aritmética e francês: quem de seu préstimo se quiser utilizar anuncie (LAPEH - *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 jan. 1852 – Avisos Diversos, p.3).

Conforme o anúncio, não devia se tratar de um administrador comum face ao fato de ter “muita experiência” na lida com “todas as plantações” e ser versado em outros saberes, bastante incomum para as populações dos engenhos neste período. No período em questão, era mais comum encontrar administradores experientes do que pessoas bilíngues e dispostas a ensinar em engenhos, mas observemos que, na estrutura do anúncio, ele anuncia seus préstimos de professor (bastante qualificado em comparação aos demais que ofereciam seus serviços no jornal) como um *plus*.

Os docentes, portanto, faziam questão, quando podiam, de anunciar que podiam realizar outras atividades além da docência, demonstrando o quanto julgavam que teriam mais sucesso, caso não ficassem restritos unicamente à docência. Nos anúncios que procuravam docentes, encontramos situações semelhantes, nas quais os demandantes queriam que os docentes, além de ensinar, fizessem outras coisas, que iam também desde os serviços domésticos, de administração e contabilidade, até o caso do exemplo a seguir, ocorrido em maio de 1852:

Precisa-se de um homem solteiro que tenha as qualidades necessárias para se encarregar do ensino de alguns meninos em um engenho, distante desta praça oito léguas, possuindo igualmente alguns conhecimentos, mesmo práticos, da arte de curar, para se incumbir do tratamento d[o ou a] fábrica do mesmo engenho: a quem convier, anuncie (LAPEH - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.2, 5 maio 1852).

Lendo o anúncio ficamos sem saber se caberia ao professor fazer as vezes de médico e enfermeiro de todos os trabalhadores da fábrica do engenho ou apenas de um dos seus “fábricas” [trabalhador especializado].

Embora não tenhamos enfatizado, conforme vemos no anúncio acima, foi

significativo o quantitativo de professores que se dispuseram a ensinar em áreas distantes da capital da província. Se tal escolha poderia representar para o contratado uma situação econômica vantajosa, uma vez que tal emprego ajudaria a diminuir suas despesas de manutenção, pois o mesmo viria a residir no interior do engenho, por outro lado, o fato de sua moradia ser o próprio local de trabalho poderia afetar a sua autonomia no desempenho de suas atividades.

De qualquer forma, no nosso entender, a grande oferta de professores para trabalhar em locais distantes de sua residência, principalmente em engenhos, expressa, por um lado, o quanto a formação intelectual, para as elites, era de cunho extremamente privado, daí ser realizada no ambiente familiar.

Algo bastante inusitado aos olhos de hoje, a docência foi se estabelecendo desta forma: emergiu como um tipo de serviço praticado na interseção de vários outros, principalmente daqueles que ligavam as casas à rua, o privado ao público. Realizado por quaisquer pessoas que pudessem atender, de acordo com expectativas muito particulares, a uma infinidade de demandas. E o fato de localizar-se nesse lugar de fronteira, dificultava, e muito, o seu controle e, por isso mesmo, o tornava muito atrativo a todo tipo de pessoas, principalmente as pessoas comuns, livres e pobres.

OS USOS DOS ANÚNCIOS

Interessante, no caso específico dos anúncios de docentes, é o fato de eles também terem sido utilizados como instrumentos de disputas sociais por parte dos anunciantes, como no exemplo a seguir:

Ao Público.

Maria Bartholeza da Conceição, com aula particular de primeiras letras defronte da matriz da Boa Vista, nº 84, declara ao respeitável público e principalmente às pessoas que a consideravam escrava do Sr. José Bitancourt Amarante, abaixo vai transcrita por cópia a certidão de seu batismo, o qual é de teor seguinte:

Certifico que revendo o livro undécimo dos batizados desta freguesia, a folha 09-verso, nele achei o assento seguinte:

Aos 25 de abril de 1864, me foi entregue um despacho de Sr. Ex. Rvm^a. Mandando abrir o assento seguinte:

Aos 03 de janeiro de 1842, na Matriz de Santo Antônio, de licença competente, o padre Manoel Florêncio de Albuquerque batizou solenemente a Maria, parda, nascida em 24 de agosto do ano passado, filha natural de Jeronyma Maria da Conceição, africana, liberta e moradora nesta freguesia; foi padrinho Antônio João Martins da Costa, casado, do que para constar fiz este assento em que me assinei. – Cônego vigário, Manoel Joaquim Xavier Sobreira. O que se seguia são formalidades do estilo (FUNDAJ - Microfilme rolo n.75-147. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 18 abr. 1865).

O anúncio da professora cumpriu diversas funções na época: anunciou a sua “aula” e comprovou que, embora fosse de cor, havia nascido livre e, sendo assim, não era a escravidão o tipo de vínculo que ela possuía com o tal Amarante citado. Qual era, não sabemos. Sabemos apenas ter sido motivo da suspeita de algumas

“pessoas” (leitoras ou ouvintes das leituras daquela parte do jornal) às quais Maria quis responder, documental e publicamente, por meio dos anúncios.

Por seu intermédio, reafirmamos o fato já há muito conhecido a respeito da docência primária, no mundo ibérico, ter sido uma atividade praticada por pessoas jovens e de origens modestas (NÓVOA, 1999); e afirmamos o fato menos divulgado de esta atividade ter sido praticada por pessoas livres e de diferentes cores (SILVA, 2007). Aliás, a respeito do quesito “cor”, importa afirmar que, na quase totalidade dos anúncios de docentes pesquisados, ele não aparece. Até o presente momento, computamos apenas dois únicos registros a esse respeito, um de 1851, no qual uma professora se anunciou como uma “senhora branca, solteira de 40 anos”, e outro, de 1852, de certo professor Bernardes Fernandes Viana, disposto a aceitar “meninos sem distinção de cor” (SILVA, 2011).

Não fosse o fato de Maria ter se envolvido em um embate a respeito de sua qualidade, não saberíamos a sua cor, como não sabemos as cores da imensa maioria dos(as) docentes anunciantes, a não ser nas situações nas quais, em se tratando de professores(as) europeus(eias), possamos fazer alguma suposição neste sentido. É importante reafirmar que o quesito cor, nos anúncios dos professores, quase não foi referido e esse fato reafirma a nossa ideia segundo a qual a docência, não obstante a experiência da escravidão e da racialização dos lugares sociais dela derivada, constituiu-se como um ofício aberto para pessoas livres e, inclusive, não brancas (SILVA, 2007).

Maria continuou aparecendo nos anúncios, e o último registro que obtivemos a seu respeito demonstra o crescimento da sua aula, a ampliação do seu público e a diversificação dos seus objetos de ensino:

Primeiras Letras

– Rua da Concórdia –

Maria Bartoleza da Conceição participa aos srs. pais de família que lhe quiserem confiar suas meninas que tem aberto aulas de primeiras letras e língua francesa em que espera a proteção dos mesmos senhores, afiançando-lhes que fará todo o esforço para que suas educandas tenham o desejado aperfeiçoamento. Afiança-lhes a boa letra. O francês é das 04 às 06 horas da tarde. Recebem-se pensionistas e meio-pensionistas (LAPEH/UFPE – *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 13 jan. 1868).

OS ABUSOS DOS ANÚNCIOS

Na primeira metade do século XIX, conforme a bibliografia, a docência particular, exercida individualmente e direcionada às pessoas modestas, tendeu a querer “escapar” do controle governamental que foi se tornando eficaz na regulamentação do ofício. Os docentes procuravam escapar porque temiam ser proibidos de exercer a docência, principalmente por duas razões: ou por lhes faltarem as atestações oficiais de competência para ensinarem as “matérias” ou as “artes” as quais se propunham, ou pela falta das atestações morais exigidas para o exercício da docência (SILVA, 2007).

Na segunda metade do século XIX, esse padrão de comportamento se manteve e

foram crescentes os esforços dos poderes públicos no controle das ações do magistério. Para propagandear seus serviços e, ao mesmo tempo, manterem-se anônimos, os professores utilizavam os anúncios de duas maneiras. A primeira e mais comum era com a declaração do sexo, do estado civil e da idade, como no exemplo a seguir:

Aos pais de família

Um moço formado, solteiro, de boa conduta, oferece-se à rua Duque de Caxias, nº 77, para em alguma fazenda próxima das estações da estrada de ferro do Recife a São Francisco ir ensinar primeiras letras e habilitar nos preparatórios, principalmente quem pretende o ingresso nos cursos de instrução superior (FUNDAJ – Microfilme rolo n.123. *Diário de Pernambuco*, Recife, p.6, 7 jan. 1879).

As variações de modelo incluíam expressões do tipo “moças” e “senhoras” (cheias de predicados), ou de “sacerdote muito pio”, ou ainda de “homem de idade com muita experiência”. E a segunda maneira de utilização do anonimato ocorria por meio deste outro exemplo a seguir:

Oferece-se uma pessoa bastante habilitada (como mostrará a quem convier) não somente pelos conhecimentos teóricos, como pela não interrompida prática de 04 anos, para lecionar gramática portuguesa e latina, ainda mesmo por casas particulares, mediante um preço razoável que se convencionará: a pessoa que se quiser utilizar de seu préstimo anuncie para ser procurado ou dirija-se à rua da S. Cruz, nº 86 (LAPEH/UFPE - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3-4, 6 jun. 1854).

Nada podemos saber a respeito dessa “pessoa” habilitada, que sugere ser experiente em razão dos anos de ensino declarados. Nem mesmo pudemos saber seu sexo, embora tenhamos fortes suspeitas ter se tratado de homem, tendo em vista o não oferecimento do ensino dos chamados “misteres femininos” (costurasse bordados de todo tipo). Nesse caso e em todos os outros semelhantes, que correspondem a mais da metade dos tais anúncios encontrados, os anunciantes evitavam a descrição dos dados da sua identidade pessoal.

Houve também quem recorresse a terceiros para estabelecer um ponto de contato com possíveis interessados, ou mesmo se utilizasse do escritório do próprio jornal, como ocorreu no caso a seguir:

Oferece-se ao respeitável público uma pessoa habilitada para o ensino mútuo particularmente nas casas, quem do seu préstimo se quiser utilizar dirija-se ao passeio Público, na loja do Sr. Firmino José Rodrigues Ferreira que este informará (LAPEH/UFPE - *Diário de Pernambuco*, Recife, p.3, 29 ago. 1854).

A existência de anúncios desse tipo ao lado de outros bastante explicativos e autorais, produzidos por docentes que faziam questão de assiná-los, nos permite afirmar a inexistência de um comportamento da “categoria” dos docentes com relação às maneiras pelas quais eles utilizavam a imprensa para divulgação dos seus serviços. Alguns professores se mantinham anônimos e outros não.

Observando a TABELA 2, elaborada com as bases de dados das pesquisas referidas – utilizando apenas os anúncios nos quais os docentes não declaravam seus nomes

e nem seu sexo –, podemos verificar o quanto o trabalho docente anunciado nos jornais, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, ainda se constituía num trabalho majoritariamente realizado por anônimos(as) e assim era aceito por parte da sociedade. Verificamos que, apesar de a quantidade de anunciantes tender a uma relativa estabilização a partir da segunda metade dos anos 70 – sugerindo que os docentes possam ter permanecido no ofício por mais tempo –, os percentuais de docentes que se mantiveram anônimos continuou sendo bastante elevada.

TABELA 2
Percentuais de anônimos entre os docentes anunciantes
no *Diário de Pernambuco* (1851-1890)

ANO	ANUNC.	% ANS	ANO	ANUNC.	% ANS
1851	36	61,1	1880	18	88,8
1852	35	57,1	1881	25	76
1853	25	24	1882	20	65
1861	11	81	1883	19	68,42
1864	39	33,3	1884	18	44,4
1867	27	59,2	1885	22	63,6
1872	09	55,5	1886	26	57,6
1875	40	65	1887	12	50
1876	15	86,6	1888	10	60
1877	15	66,6	1889	08	62,5
1878	18	66,6	1890	18	61,1
1879	29	58,8			

Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, terças-feiras – Avisos diversos.

Legenda: ANUNC. – anunciantes;

% ANS – percentual de anúncios.

CONCLUSÕES

Consideramos fundamental ampliar as técnicas de uso dos anúncios publicados por professores no século XIX, tendo em vista observar não apenas os registros sobre sua identidade, tempo de serviço e esfera de atuação, mas também mapear as localidades das escolas e aulas nas cidades, investigar as culturas escolares veiculadas por seu intermédio, analisar os valores e os modelos educativos socialmente divulgados e reconhecidos pelos próprios docentes, anunciantes. No caso dos anúncios, sua centralidade e potencialidade historiográfica residem no fato de eles expressarem, no mínimo, as situações potencialmente vivenciadas

pelos docentes em geral e, particularmente, por aqueles aos quais, não fosse por intermédio destas fontes, dificilmente teríamos acesso, a não ser por meio dos tradicionais (e reconhecidamente limitados) registros governamentais em que são abundantes os comentários críticos e queixosos a respeito do trabalho docente no século XIX.

Além disso, estamos propondo a possibilidade de a imprensa ter sido utilizada, no período em questão, pelos docentes mais pobres, sem residência fixa – que ingressaram na docência apenas temporariamente ou, quem sabe, como uma primeira atividade de trabalho –, de uma forma bastante particular: por seu intermédio eles podiam anunciar seus serviços anonimamente, protegidos dos preconceitos relacionados àqueles que tinham de sobreviver do próprio trabalho por parte dos setores socialmente abastados e das possíveis inspeções governamentais às quais estiveram crescentemente expostos ao longo de todo o período. Até o presente momento, não encontramos nenhum caso de algum professor ou professora, nestas condições, que tivesse sido “pego” pelas autoridades ou denunciado pelos pais de família. Suspeitamos que, agindo assim, se anunciando e, ao mesmo tempo, se escondendo, centenas (talvez, milhares) de pessoas exerceram a docência.

Além de silenciarem a respeito da sua identidade, a imensa maioria dos anunciantes não anunciava os valores cobrados por seus serviços. Suspeitamos também tratar-se de uma estratégia daqueles anunciantes. Caso fossem procurados nos locais indicados, eles mesmos ou os seus apoiadores poderiam avaliar antecipadamente “quem era a pessoa” à procura por tais serviços. E a depender, literalmente, “da cara do freguês”, poderiam negociar os preços dos seus serviços. E, por fim, haveria, em última instância, a possibilidade de fugar, caso se tratasse de uma inspeção do governo provincial em busca dos docentes que não possuíam as atestações necessárias para lecionar ou que lhes eram desafetos.

Essas estratégias foram possíveis naqueles tempos, nos quais a profissionalização se constituía em uma remota possibilidade para o trabalho docente exercido fora do Estado e que seguiu sendo majoritário até fins do século XX.

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.
- BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; MARGOTTO, L. R. (Orgs.) . **Trabalho e saúde do professor: cartografias no percurso**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto**. Recife: UFPE, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. México: Sigilo XXI, 1998.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: _____. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (v.1).
- CLEMENTE, Jacilene dos Santos. **Culturas escolares em Recife: escolas particulares e métodos de ensino (1880-1888)**. 2013. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

- EINSENBURG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.
- ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.4, p.41-61, 1991.
- ESTEVE, José Manoel. **O mal-estar docente**. Lisboa: Fim de Século Edições, 1992.
- _____. Bem-estar e saúde docente. **Revista Prelac**: projeto nacional de educação para a América Latina e o Caribe, n.1. p.117-133, jun. 2005.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10.ed. v.2. São Paulo: Globo, 1995.
- GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Coord.). **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.
- GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- NÓVOA, António. Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão? In: STOER, Stephen R. (Org.). **Educação, ciências sociais e realidade portuguesa**: uma abordagem pluridisciplinar. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.59-126.
- _____. (Org.). **Profissão Professor**. 2.ed. Porto: Porto Editora, 1999.
- _____. (Org.). **Vidas de professores**. 2.ed., Porto: Porto Editora, 2000.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1127-1144, set.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 4 set. 2011.
- OLIVEIRA, Ramon de; SILVA, Adriana M. P. **Demandas por qualificação profissional**: Recife, segunda metade do século XIX. Recife: UFPE/UPE, 2007. (Projeto de Pesquisa)
- PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **A complexidade do trabalho docente na atualidade**. S/d. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema6/QuartaTema6Artigo2.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2011.
- PEDRO, Neuza; PEIXOTO, Francisco. Satisfação profissional e autoestima em professores dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.24, n.2, p.247-262, abr. 2006.
- PERRUCCI, Gadiel. **A república das usinas**: um estudo da história social e econômica do Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 *apud* BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife: UFPE, 1996.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.88, p.727-756, Especial, out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente desta Província pelo Director Geral da Instrução Pública Provincial (Anexos do Relatório da Presidência da Província de Pernambuco), p.1-6, 1861. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u635/>>, atalhos A1-1 a A1-6. Acesso em set.2011.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Pernambuco, 1864. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u638/>>. Acesso em set.2011.

RELATÓRIO do Presidente da Província de Pernambuco, 1875. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/690/>>. Acesso em set.2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9. n.2, p.515-540, dez. 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.80, p.62-74, fev. 1992.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1203-1225, set.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2011.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. 1. ed. Brasília: Plano, 2000.

_____. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. 2007. 410f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. **O trabalho docente em Recife e Olinda (1851-1890)**. Recife: UFPE, 2010. 41p. (Projeto de Pesquisa)

_____. Práticas docentes em Recife e Olinda, 1851-1890. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: SBHE/UFES, 2011. p.1-11.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife). 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

TUMOLO, Paulo Sergio; FONTANA, Klalter Bez. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.29, n.102, p.159-180, jan.-abr. 2008.

VOLPATO, Gildo. Marcas de profissionais liberais que se tornaram professores-referência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.90, n.225, p.333-351, maio-ago. 2009.

YANOULAS, Sílvia Cristina. Acerca de como las Mujeres Llegaron a ser Maestros (América Latina, 1870-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.73, n.175, p. 497-521, set/dez.1992.

ZEICHNER, Kenneth. M. **A Formação Reflexiva de Professores**: Ideias e Práticas. Lisboa: EDUCA, 1993.

Data da submissão: 05/03/2014

Data da aprovação: 17/04/2014

